

---

**CARTA DE SÃO LUÍS - SILVIA RUCKS**

---

Os governadores dos estados da Amazônia Legal, reunidos em São Luís, capital do Estado do Maranhão, durante o 29º Fórum dos Governadores, dirigem-se à sociedade brasileira e ao Governo Federal para ratificar o legado de união e coesão dos nove estados amazônicos.

A trajetória do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal consolidou-se como um marco de governança regional, demonstrando que a atuação em bloco é o caminho mais seguro para defender as pautas comuns e estratégicas da nossa região.

Reconhecemos que a Amazônia abriga uma riqueza intrínseca em seus recursos naturais preservados, que são essenciais para o equilíbrio climático global, e sobretudo, como base material para uma economia verde e inclusiva. A floresta viva e nossas riquezas são ativos inestimáveis que devem gerar oportunidades reais para os 30 milhões de brasileiros que habitam este território.

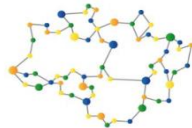
Para que possamos avançar, ressaltamos a importância da continuidade dos trabalhos integrados e da manutenção de um diálogo aberto, construtivo e permanente com o Governo Federal, uma vez que a cooperação federativa é indispensável para a execução de políticas públicas estruturantes.

Nos últimos anos, a Amazônia tem conquistado avanços significativos e construído novas pontes de financiamento e cooperação, a exemplo da consolidação de iniciativas como o Fundo ONU-Brasil. Tais mecanismos são essenciais para viabilizar a transição para uma economia de baixas emissões e valorizar os serviços ambientais prestados pela nossa região.

Mirando o futuro, entendemos que o verdadeiro desenvolvimento sustentável passa, obrigatoriamente, pela valorização dos nossos capitais natural e humano. Por isso, reafirmamos a Estratégia Amazônia 2050 e o Plano de Transformação Ecológica da Amazônia como documentos norteadores para orientar a construção de um novo modelo de desenvolvimento para a região, baseado na conservação da floresta, na geração de oportunidades para as populações amazônicas e na promoção de uma economia inovadora, inclusiva e de baixo carbono.

Como resultado deste 29º Fórum e para materializar nossa estratégia de governança, registramos abaixo as entregas prioritárias definidas por nossas Câmaras Setoriais, que guiarão a continuidade de nossas ações conjuntas:

- **No âmbito da Agricultura**, registramos a construção de posicionamento da Amazônia Legal para contribuição ao Plano Safra 2026/2027, bem como o avanço da estruturação de projetos regionais voltados ao fortalecimento da bioeconomia, à valorização das cadeias da sociobiodiversidade e à recuperação produtiva de áreas degradadas, além do fortalecimento da cooperação entre os estados para ampliar mercados, com a criação do "Circuito Amazônico" e "Feira Amazônia da Agricultura Familiar".
- **No âmbito de Meio Ambiente**, registra-se como prioridade a coordenação entre os estados para o aperfeiçoamento dos instrumentos do Código Florestal, com especial foco no Cadastro Ambiental Rural. Visando o avanço de ações integradas de prevenção e combate aos incêndios florestais, destaca-se a



mobilização conjunta para viabilizar doações privadas de equipamentos. Estabelece-se a bioeconomia como uma linha prioritária de atuação neste ciclo de trabalho, em uma construção transversal e multidisciplinar. Destaca-se, ainda, a atuação da câmara em impulsionar de espaços de diálogo técnico interfederativo sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), com vistas à construção de pontes e à elaboração de produtos conjuntos que apoiem a implementação dessa agenda na região.

- **No âmbito de Planejamento**, vê-se como prioridade o fortalecimento do planejamento territorial para o desenvolvimento sustentável da região, tendo a Estratégia Amazônia 2050 como instrumento orientador da ação coletiva, com uma governança baseada na articulação, integração, monitoramento e transparência entre os diferentes atores envolvidos, bem como no fortalecimento das parcerias com o Governo Federal, o MIDR, a SUDAM, o Parlamento Amazônico e outras instituições. No âmbito da Estratégia para este ano, foram definidas como prioridades de atuação conjunta : o fortalecimento da bioeconomia, a melhoria da infraestrutura e da logística regional, o avanço da regularização fundiária e o reforço das ações de combate ao desmatamento, temas estratégicos para promover um desenvolvimento sustentável e integrado na Amazônia Legal.
- **No âmbito de Povos Indígenas**, reafirmamos nosso compromisso com a garantia de direitos, o protagonismo e a melhoria contínua do atendimento à população indígena em nossos estados. Para materializar esse objetivo, reconhecemos a necessidade premente de estruturação e fortalecimento institucional das Secretarias Estaduais de Povos Indígenas (SEPIs). Com essa finalidade, endossamos de forma unificada o Projeto Ybirá, uma iniciativa regional estratégica voltada à captação de recursos junto ao Fundo Amazônia para apoiar e estruturar essas pastas. Entendemos que a devida estruturação das SEPIs é um passo indispensável para consolidar a participação indígena na governança climática e na construção de políticas públicas efetivas, justas e transversais em nossos territórios.
- **No âmbito de Governança Fundiária**, ratificamos a importância estratégica da governança fundiária para o ordenamento territorial, a segurança jurídica da terra e a promoção do desenvolvimento sustentável na região. Como encaminhamentos, registra-se a necessidade de participação do Consórcio Amazônia Legal no debate do Plano Nacional de Governança Fundiária (PNGF) e o desenvolvimento de projeto regional de captação de recursos para regularização fundiária, a estruturação de um programa de fortalecimento das relações interinstitucionais com as entidades representativas em todas as instância da República.
- **No âmbito da Segurança Pública**, reafirmamos a importância de fortalecer a atuação integrada destas instituições em crimes ambientais. Registramos o compromisso de promover a capacitação em crimes ambientais e de padronizar estes registros entre os estados da Amazônia Legal, a fim de garantir a cooperação operacional no combate aos crimes ambientais na região. Apresentamos também o Manifesto de apoio à tramitação do Projeto de Lei nº 4513/2024, que trata do fortalecimento do policiamento fluvial, reconhecendo

sua relevância estratégica para o controle territorial e a segurança na malha hidrográfica amazônica.

Por fim, reafirmamos nossa crença inabalável no diálogo, na cooperação e no respeito às diversidades da nossa região para construirmos uma Amazônia cada vez mais forte, integrada e sustentável.

São Luís, 17 de março de 2026

**CARLOS ORLEANS BRANDÃO JUNIOR**

Governador do Estado do Maranhão  
Presidente do Consórcio Amazônia Legal

**GLADSON LIMA CAMELI**

Governador do Estado do Acre

**CLECIO LUIS VILHENA VIEIRA**

Governador do Estado do Amapá

**WILSON MIRANDA LIMA**

Governador do Estado do Amazonas

**MAURO MENDES FERREIRA**

Governador do Estado de Mato Grosso

**HELDER ZAHLUTH BARBALHO**

Governador do Estado do Pará

**MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**

Governador do Estado de Rondônia

**ANTONIO OLIVERIO GARCIA DE ALMEIDA**

Governador do Estado de Roraima

**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**

Governador do Estado do Tocantins